

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DA PRIMEIRA EMISSÃO, DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DE EMISSÃO DE LATAS DE ALUMÍNIO S.A. - LATASA

Pelo presente instrumento particular,

EMISSIONA: **LATAS DE ALUMÍNIO S.A. – LATASA**, empresa do ramo de embalagens, doravante denominada **Emissora**, com sede e foro na Rua Darci Pereira, nº 610, Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro, cep. 23565-190, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 29.506.474/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e

AGENTE FIDUCIÁRIO: **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, nomeada nesta Escritura de Emissão como AGENTE FIDUCIÁRIO e nela interveniente, instituição financeira com sede na Rua Sete de Setembro nº 99, 16º andar, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representado na forma de seu Contrato Social como Agente Fiduciário, autorizado pelo Banco Central do Brasil, doravante denominado “AGENTE FIDUCIÁRIO”,

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente

“Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública da Primeira Emissão, de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie Subordinada, de Emissão de Latas de Alumínio S.A - LATASA”, doravante denominada “**Escritura**”, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A Escritura foi celebrada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas da **Emissora**, realizada em 09 de março de 2000.

Adicionalmente, a AGE delegou ao Conselho de Administração (CA) da **Emissora**, a deliberação sobre o disposto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76.

II - DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

II.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Esta primeira emissão de debêntures da **LATAS DE ALUMÍNIO S.A. - LATASA**, será registrada na CVM – Comissão de Valores Mobiliários, doravante “**CVM**”, na forma das Leis de nºs 6.385, de 07 de dezembro de 1976, 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e demais disposições legais regulamentares pertinentes.

II.2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Rio de Janeiro.

II.3. REGISTRO DA ESCRITURA NO CARTÓRIO

Esta Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

III – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

III.1. NÚMERO DA EMISSÃO / SÉRIE

Primeira emissão de debêntures, em série única.

III.2. MONTANTE DA EMISSÃO

O montante da presente emissão é de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na data de emissão.

III.3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos com a emissão das debêntures serão utilizados para preservar a liquidez da **Emissora**, através do reforço de sua posição de caixa, além de sua utilização para amortização de empréstimos de curto e longo prazo prevista para o ano de 2000.

III.4. PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

O lançamento será público, mediante a intermediação de Instituições Financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de

30.09.80, atendidos preferencialmente os clientes dos Coordenadores da operação, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

III.5. NEGOCIAÇÃO

As debêntures terão registro para negociação no mercado secundário no SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

III.6. CERTIFICADOS DE DEBÊNTURES

As debêntures serão emitidas sem certificado.

IV. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

IV.1. Valor nominal unitário

O valor nominal unitário da debênture na data de emissão será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

IV.2. Quantidade de Debêntures Emitidas

Serão emitidas 1.800 (hum mil e oitocentas) debêntures.

IV.3. Montante da Emissão

R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) na data de emissão.

IV.4. Classe

As debêntures serão da classe simples.

IV.5. Data de Emissão

Para qualquer efeito legal, a data de emissão das debêntures é 01 de abril de 2000.

III.6. Prazo e Data de Vencimento

As debêntures terão prazo de 03 anos a partir da data da emissão, com vencimento em 01 de abril de 2003.

IV.7. Forma

As debêntures serão nominativas-escriturais.

IV.8. Espécie

As debêntures serão da espécie Subordinada.

IV.9. Preço de Subscrição e Integralização

O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal acrescido dos juros definidos no item REMUNERAÇÃO, calculados desde a data de emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

IV.10. Remuneração

- a) **1º Período de Vigência da Remuneração:** a remuneração definida a seguir terá período de vigência de 01(um) ano, contado da data de emissão, até 01.04.2001.

As debêntures renderão juros equivalentes a 105% da taxa diária média dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI"(over extra grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP– Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, doravante denominada “Taxa DI”.

As taxas serão calculadas e acumuladas de forma exponencial *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal não amortizado das debêntures a partir da data de emissão ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

- b) **Periodicidade de pagamento:** Para o primeiro "Período de Vigência da Remuneração" os juros serão pagos semestralmente, a contar da data de emissão, vencendo-se no 1º dia dos meses de outubro de 2000 e abril de 2001.

Se estas datas coincidirem com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local da sede da **Emissora**, as datas de vencimento dos juros ficarão prorrogadas automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos.

IV.10.1. Fórmula de cálculo dos juros

$$J = (S)VN \times \left[(f_1 \times f_2 \times \dots \times f_j) - 1 \right]$$
$$J = (S)VN \times \left[(f_1 \times f_2 \times \dots \times f_j) - 1 \right]$$

, em que:

J = valor dos juros a ser pago na data do seu vencimento;

(S)VN = valor nominal da debênture na data de emissão, ou saldo do valor nominal não amortizado na data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso;

$(f_1 \times f_2 \times \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulado dos juros no período de capitalização, calculado conforme fórmula abaixo:

Os termos f_1 , f_2 , f_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$
$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$

Em que,

f_j = fator diário da remuneração referente ao dia "j";

Taxa DI_j = Taxa DI "over extra-grupo" diária, em % ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "j";

S = 105%

Taxa DI

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como referencial de remuneração das debêntures, conforme definido nesta Escritura, será utilizado em seu lugar o parâmetro legal que vier a substituí-la. Na ausência de um substituto legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para a deliberação no prazo máximo de 30 dias, do novo parâmetro de remuneração das debêntures a ser proposto pela Emissora.

IV.11. Repactuação

Ao final de cada "Período de Vigência da Remuneração" das debêntures, a **Emissora** obriga-se a repactuar as condições que permaneceram constantes durante o referido "período", definindo novas condições para o período subsequente, ocorrendo a 1ª (primeira) repactuação 1 (um) ano após a data da emissão das debêntures, ou seja, 01/04/2001.

A **Emissora** deverá deliberar as novas condições, através do seu Conselho de Administração ou Assembléia de Acionistas, e divulgá-las por intermédio da publicação de “Aviso aos Debenturistas”, conforme o item IV.14.1. Publicidade, até 10 (dez) dias úteis antes da data de encerramento de cada “Período de Vigência da Remuneração” informando, no mínimo:

- a) o prazo do próximo “Período de Vigência da Remuneração”;
- b) as condições de remuneração e periodicidade de pagamento;
- c) o procedimento e o prazo para o debenturista manifestar sua opção de venda das debêntures à **Emissora**, se for o caso.

Opção de Venda: Caso os debenturistas não concordem com as condições fixadas pela **Emissora** para o próximo “Período de Vigência da Remuneração” ou caso tais condições não sejam publicadas pela **Emissora**, os debenturistas poderão, entre o 9º(*nono*) e o 5º(*quinto*) dia útil anterior à data de repactuação, manifestar, através da **CETIP** ou na sede da **Emissora**, sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures à **Emissora**, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das Debêntures na hipótese de não publicação das condições de remuneração a que se refere este item.

Aquisição Obrigatória: A **Emissora** obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures, nas datas de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela **Emissora**, para o período subsequente. As debêntures serão adquiridas pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada “*pro rata temporis*” definida para o período vencido.

Destinação das debêntures adquiridas: As debêntures que vierem a ser adquiridas pela **Emissora** nos termos acima, poderão permanecer em sua tesouraria, ser canceladas ou recolocadas no mercado.

IV.12. AQUISIÇÃO DAS DEBÊNTURES PELA EMISSORA

IV.12.1. Resgate Antecipado Facultativo

A **Emissora** reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de carência de 120 dias contados da data de emissão, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, pelo valor não superior ao saldo devedor até a data do efetivo resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio, coordenado pelo agente fiduciário.

O resgate deverá ser precedido da publicação de “Aviso aos Debenturistas” em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de 30 dias da data do resgate.

IV.12.2. Aquisição Facultativa

A **Emissora** poderá adquirir debêntures desta emissão em circulação, a qualquer tempo, por preço não superior ao valor do seu saldo devedor, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76. As debêntures que vierem a ser adquiridas pela **Emissora** nestes termos, poderão permanecer em sua tesouraria, ser canceladas ou colocadas no mercado.

IV.12.3. Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencida todas as obrigações constantes desta **Escritura**, e exigir da **Emissora** o imediato pagamento do valor do saldo devedor das debêntures, acrescido de encargos moratórios, se houver, até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a **Emissora** ou suas subsidiárias;
- b) pedido de concordata formulado pela **Emissora**;
- c) decretação ou pedidos reiterados de falência da **Emissora**;
- d) falta de cumprimento pela **Emissora** de qualquer obrigação prevista nesta **Escritura**, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da **Emissora** em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **Emissora** prevista nesta Escritura de Emissão;
- f) não publicação de Aviso aos Debenturistas informando as condições para cada Período de Vigência da Remuneração nos termos e prazos estabelecidos no item IV.11.Repactuação.
- g) alteração do controle acionário da Emissora

Parágrafo Único: Caso ocorra a efetivação de qualquer tipo de operação de reestruturação societária entre Reynolds Internacional Inc, Reynolds Internacional do Brasil Participações Ltda e Aluminum Company of America - Alcoa, não ocorrerá vencimento antecipado das debêntures da presente emissão.

IV.12.4. Direito dos Debenturistas em caso de Incorporação, Fusão ou Cisão

Na hipótese de alteração estatutária que represente modificação substancial do objeto social e reorganização societária que venha a culminar em sua incorporação, fusão ou cisão, fica assegurado aos debenturistas, durante o período de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas as eventuais operações descritas, o resgate das debêntures de que forem titulares, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 231 da Lei 6.404/76.

IV.13. DOS PAGAMENTOS E ENCARGOS MORATÓRIOS

IV.13.1. Local de Pagamento

Os pagamentos de quaisquer eventos pecuniários relativos às debêntures, serão efetuados pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, ou por instituição financeira contratada pela **Emissora** para esse fim, ou ainda na sede da **Emissora**, na hipótese do debenturista não estar vinculado àquele sistema.

IV.13.2. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de quaisquer obrigações até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local da sede da **Emissora**, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos.

IV.13.3. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às debêntures, o débito em atraso ficará sujeito a multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento), além da remuneração estabelecida nesta escritura, acrescida de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros moratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

IV.13.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias relativas às debêntures devidas pela **Emissora**, nas datas previstas nesta **Escritura** ou em comunicado publicado pela **Emissora**, não lhe dará direito ao recebimento de rendimentos após a data do vencimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até referida data.

IV.14. DAS COMUNICAÇÕES

IV.14.1. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser objeto de aviso mediante publicação no jornal “Monitor Mercantil”, em que a **Emissora** realiza as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais e aqueles estabelecidos neste instrumento, devendo a **Emissora** avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

IV.14.2. Notificações

As correspondências efetuadas por qualquer das partes nos termos desta **Escritura**, deverão observar os seguintes endereços:

Para a **Emissora**:

Latas de Alumínio S.A.-LATASA
At. Sr. Flávio M. Donatelli
Diretor Financeiro e Relações com Investidores
Rua Darci Pereira, nº 610 – Distrito Industrial de Santa Cruz
Rio de Janeiro, RJ,
CEP 23.565-190
Fone: (0xx21) 414-1501 - Fax (0xx21) 414-1606
e-mail: fdonatel@latasa.com.br

Para o **Agente Fiduciário**:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
At. Sr. Carlos Alberto Bacha / Sra. Roberta Vieira Coelho
Rua Sete de Setembro, 99, 16º andar
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20050-005
Tel. (0XX21) 507-1949 Fax (0XX21) 507-1773
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A **Emissora** obrigará-se adicionalmente a:

a) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a.1) dentro de no máximo 60 dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
- a.2) dentro de no máximo 90 dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à **Emissora**, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da **Emissora**;
- a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos;
- a.4) com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembléias gerais, bem como a data e ordem do dia da assembléia a realizar, e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- a.5) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item IV.14.1. Publicidade;
- a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada;
- a.7) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela EMISSORA, imediatamente após o seu recebimento;
- a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contado da respectiva data de vencimento;
- b) proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações anuais;
- c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da **Emissora**) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da EMISSORA;
- d) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;

- e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;
- h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- j) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da **Emissora**;
- k) não pagar dividendos, salvo o estipulado no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às debêntures objeto desta Escritura de Emissão, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- .
- l) informar imediatamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer evento relativo aos itens “a”, “b”, “c” e “e” da Cláusula IV.12.3. - Vencimento Antecipado

VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

VI.1. NOMEAÇÃO

A **Emissora** nomeia e constitui como Agente Fiduciário, para representar a comunhão dos debenturistas perante ela, **Emissora, _PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, qualificado no preâmbulo desta **Escritura**, o qual declara: aceitar a função para a qual foi nomeado e todos os encargos dela decorrentes, previstos na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e na Instrução CVM n.º 28/83; não ter qualquer impedimento legal para aceitar a função; preencher os requisitos legais para o exercício do cargo; e aceitar a presente **Escritura** com todas as suas cláusulas e condições.

VI.2. DECLARAÇÃO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO**, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º, da Lei 6.404/76, e o Artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83, para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão em todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a **Emissora** que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832 de 31/10/90 do Banco Central do Brasil.

VI.3. SÃO DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese da superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondências e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na **Escritura**, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a **Emissora** não o faça, o registro desta **Escritura** e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da **Emissora** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;

h) verificar a regularidade da constituição das eventuais garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua eficiência e exequibilidade;

i) intimar a **EMISSORA** a reforçar a eventual garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede ou estabelecimento principal da **Emissora**;

k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **Emissora**;

l) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por duas vezes, nos órgãos de imprensa onde a **Emissora** deva efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura de Emissão;

m) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

n) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, “b” da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **Emissora** ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **Emissora** ;
- alterações estatutárias ocorridas no período;
- comentários sobre as demonstrações financeiras da **Emissora**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da **Emissora**;
- posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
- resgate, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela **Emissora**;
- constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
- acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **Emissora**;
- relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- cumprimento de outras obrigações assumidas pela **Emissora** nesta **Escritura**;
- declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures da presente emissão

o) colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **Emissora**, ao menos nos seguintes locais:

- na sede da **Emissora**;
- no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- na CVM;

- nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- na sede da instituição que liderou a colocação das debêntures;

p) publicar, nos órgãos da imprensa onde a **Emissora** deva efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura, e às expensas da **Emissora**, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “o”;

q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à **Emissora** e à instituição prestadora de serviços de debêntures escriturais;

r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes da **Escritura**, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer à **Emissora**;

s) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela **Emissora**, de obrigações assumidas na **Escritura**, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos e enviando comunicação de igual teor:

- à CVM;
- às Bolsas de Valores, quando for o caso;
- ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

t) No caso de inadimplemento da **Emissora**, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- (i) declarar, observadas as condições desta **Escritura**, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar os seus valores de principal e acessórios;
- (ii) exercer as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento, integral ou parcial, dos debenturistas;

- (iii) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- (iv) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **Emissora**.

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista no item “i”, da letra “t” desta cláusula, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão.

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “i” a “iii” se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das debêntures em circulação. Na hipótese da alínea “iv”, será suficiente a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação.

VI.4. REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Será devida ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) Taxa de implantação de serviços no valor de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), devida no primeiro dia útil após a aceitação da proposta de serviços, dedutível do valor da primeira parcela anual e não restituível à Emissora em caso de cancelamento da operação e/ou não concessão do registro pela CVM;
- b) Parcelas anuais antecipadas no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo a primeira devida no primeiro dia útil subsequente ao da obtenção do registro junto à CVM e as demais na mesma data dos anos seguintes. Do valor da primeira parcela anual será descontado o valor referente à taxa de implantação de serviços mencionada no item (a);
- c) As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela **Emissora**;
- d) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da taxa de implementação de serviços, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas “pro-rata-die” se necessário;
- e) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela **Emissora**,

conforme descrito no item 6 desta Cláusula. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à **Emissora**;

- f) O **AGENTE FIDUCIÁRIO** não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da **Emissora**, ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela **Emissora** ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões;
- g) Todas as despesas com procedimentos legais, em caso de inadimplência da **Emissora**, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela **Emissora**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** na hipótese de a **Emissora** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o **AGENTE FIDUCIÁRIO** solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- h) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão;
- i) As remunerações serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), de acordo com a alíquota vigente nas datas de cada pagamento.

VI.5. SUBSTITUIÇÃO

VI.5.1. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **Emissora**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à **Emissora** efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

VI.5.2. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** substituído deverá destinar os recursos em parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada “pro-rata temporis”, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, ao agente fiduciário substituto como forma de pagamento aos serviços a serem por ele prestados. Este valor a ser pago em caso de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas.

VI.5.3. Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

VI.5.4. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

VI.5.5. A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

VI.5.6. A substituição, em caráter permanente, do **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá ser objeto de aditamento desta Escritura de Emissão, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

VI.5.7. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta Escritura de Emissão ou do eventual aditamento relativo à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, no caso do **AGENTE FIDUCIÁRIO** substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.

VI.5.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos emitidos pela CVM.

VI.6. DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

VI.6.1. A **Emissora** ressarcirá o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

VI.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 3 (três) dias úteis após a entrega à **Emissora** dos documentos comprobatórios das

despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

VI.6.3. As despesas a que se refere este item 6 compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

VI.6.4. O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item 6, será acrescido à dívida da **Emissora** e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VI.6.5. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura de Emissão for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a **Emissora** deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura de Emissão e nas Debêntures) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- a) Os titulares das debêntures poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembléia para deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- b) A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela **Emissora** ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou, ainda, pela CVM.
- c) Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.
- d) A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação

e, em segunda convocação, com qualquer número.

e) A Assembléia poderá, pelo voto de titulares de dois terços, no mínimo, das debêntures em circulação, aprovar as modificações nas condições das debêntures propostas pela **Emissora**.

f) Nas deliberações da Assembléia, cada debênture em circulação terá direito a um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não.

g) Será facultada a presença de representantes legais da **Emissora** nas Assembléias dos Debenturistas.

h) O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas, ainda que não a tenha convocado, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.

VIII - DO FORO

Fica eleito o foro da Cidade de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2000.

LATAS DE ALUMÍNIO S.A. – LATASA
EMISSIONA

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA
AGENTE FIDUCIÁRIO:

TESTEMUNHAS:
